

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

CONSELHO EXECUTIVO
Oitava Sessão Ordinária
16 - 21 de Janeiro de 2006
Khartoum, Sudão

EX.CL/240 (VIII)

DIÁLOGO ÁFRICA – UNIÃO EUROPEIA

DIÁLOGO ÁFRICA – UNIÃO EUROPEIA

A Quinta Reunião Ministerial das Troikas Africana e da União Europeia (UE) teve lugar em Bamako, Mali, a 2 de Dezembro de 2005 e culminou com o Comunicado em anexo.

A reunião, depois de passar em revista as questões relativas ao reforço do Diálogo África-UE, os conflitos e a reconstrução pós-conflito em África, a dívida externa da África, o terrorismo, a migração, a reforma das Nações Unidas e a realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, acordou na necessidade e na urgência de lançar uma série de iniciativas comuns.

Acordou, neste sentido, em:

- (i) Elaborar um memorando conjunto de implementação das recomendações adoptadas ou decisões tomadas pelas duas partes, uma estratégia comum África-UE, assim como um Plano de Acção referente;
- (ii) Encontrar as vias e meios da realização da segunda Cimeira África-UE em conformidade com o Plano de Acção do Cairo;
- (iii) Aprofundar a cooperação técnica e política entre a União Africana e a União Europeia, assim como entre os órgãos da UA e as instituições da UE;
- (iv) Instaurar um diálogo aprofundado sobre a migração, incluindo ao nível ministerial;
- (v) Tomar iniciativas de definição de acções prioritárias nos domínios da governação e das infra-estruturas;
- (vi) Tomar outras iniciativas temáticas conjuntas susceptíveis de reforçar a cooperação e a troca de experiências entre a África e a UE, por exemplo nos domínios da paz e da segurança, do comércio, da luta contra o VIH/SIDA, do meio ambiente e da energia, assim como noutros domínios, à fim de apoiar a realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD);
- (vii) Actualizar, se for necessário, o Plano de Acção conjunto África-Europa de luta contra o tráfico de seres humanos, em particular de mulheres e crianças, antes da próxima reunião ministerial das Troikas, prevista para Viena, em Abril de 2006;
- (viii) Prestar a mesma atenção à todas as componentes da reforma das Nações Unidas.

Para além disso, a reunião reconheceu a necessidade de se criar novas instituições, tais como uma Comissão de consolidação da paz e conceder à África um valor considerável nas instituições de Bretton Woods.

Instada a apoiar os Estados-membros da UA à produzirem medicamentos genéricos para o tratamento do VIH/SIDA, do paludismo e da tuberculose, a parte europeia prometeu o seu apoio ao reforço das capacidades dos Estados-membros da UA para que tirem o maior benefício das possibilidades oferecidas pelos Acordos sobre os aspectos dos Direitos de propriedade intelectual relativos ao comércio da OMC (ADPIC/OMC).

No domínio da luta contra a gripe das aves, a parte europeia comprometeu-se a prestar assistência aos Estados-membros da UA, sempre que for possível, em matéria de armazenamento do Tamiflu e do Relenza.

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone 517 700 Cables: OAU, ADDIS ABABA

Diálogo África-UE
Quinta reunião das Troikas
02 de Dezembro de 2005
Bamako, Mali

EX.CL/240 (VIII)
Anexo 1
Original: Inglês

COMUNICADO FINAL

No quadro do diálogo África-UE, a Quinta Reunião Ministerial das Troikas Africana e da União Europeia realizou-se em Bamako, Mali, a 2 de Dezembro de 2005. A mesma foi antecedida a 1 de Dezembro de 2005, de uma reunião de altos funcionários. A reunião dos Ministros foi co-presidida por Sua Excelência o Embaixador Oluyemi Adeniji, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria e Presidente em exercício do Conselho Executivo da UA e por Sua Excelência Lord David Triesman de Tottenham, Ministro do Reino Unido para a África e Presidente em exercício da União Europeia (UE).

A Troika Africana incluía também Sua Excelência Alcinda de Abreu, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique e os seguintes Comissários da União Africana: Dr. Maxwell Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos, e o Embaixador Said Djinnit, Comissário para a Paz e Segurança.

A Troika da UE era composta por Louis Michel, Comissário para a Cooperação e o Desenvolvimento e para os Assuntos Humanitários, o Embaixador Georg Lennkh, Representante Especial do Governo Austríaco para a África, e Koen Vervaeke, Chefe da Equipa Especial para a África no seio do Secretariado Geral do Conselho da União Europeia.

I. PREÂMBULO

Os Ministros tomaram nota dos esforços notáveis envidados nos últimos meses para relançar e revitalizar a parceria entre a África e a UE. Regozijaram-se com esta nova abordagem e decidiram lançar uma série de iniciativas conjuntas cujo relatório será submetido à próxima reunião ministerial das Troikas em Viena, nos dias 27 e 28 de Abril. Tratam-se dos seguintes domínios:

- Reforço e supervisão do diálogo, nomeadamente pela elaboração de um memorando conjunto de implementação, de uma estratégia comum África-UE, assim como um Plano de Acção referente a realização, neste sentido, de uma outra reunião de funcionários em Addis Abeba na primeira quinzena de Fevereiro de 2006 e a instauração de um diálogo mais intenso entre os chefes de missão em Addis Abeba;
- Busca de ideias criadoras que culminem com a realização de uma Cimeira África-UE como prevê o Plano de Acção do Cairo;
- Aprofundar a cooperação técnica e política entre a União Africana e a União Europeia, assim como entre os Órgãos da UA e as instituições da UE;
- Instauração de um diálogo global sobre a migração, incluindo ao nível ministerial;
- Tomada de iniciativas de definição de acções prioritárias nos domínios da governação e das infra-estruturas;

- Tomada de outras iniciativas temáticas conjuntas susceptíveis de reforçar a cooperação e a troca de experiências entre a África e a UE, por exemplo nos domínios da paz e da segurança, do comércio, da luta contra o VIH/SIDA, do meio ambiente e da energia, assim como noutros domínios, à fim de apoiar a realização dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD).

II. REFORÇO E SUPERVISÃO DO DIÁLOGO

Os Ministros acordaram trabalhar de mãos dadas para a realização de uma Cimeira África-UE. Recomendaram aos altos funcionários a submeterem propostas concretas, para análise, à próxima reunião ministerial das Troikas.

Os Ministros acolheram com satisfação o memorando de acompanhamento apresentado pela parte africana e decidiram elaborar um memorando conjunto que será analisado na próxima reunião das Troikas. Para este efeito, os altos funcionários reunir-se-ão em Addis Abeba na primeira quinzena de Fevereiro de 2006.

A parte africana acolheu favoravelmente o projecto de Estratégia da UE para a África apresentado pela parte europeia e espera vê-lo adoptado oficialmente durante a reunião do Conselho da Europa. Ambas as partes decidiram transformá-lo numa Estratégia conjunta e elaborar um Plano de Acção para a sua implementação. Neste sentido, os Ministros orientaram os altos funcionários a submeterem recomendações à próxima Reunião Ministerial das Troikas.

III. PAZ E SEGURANÇA

a) Situações de conflito em África

Sudão

(i) Darfur

Os Ministros regozijaram-se com o arranque do Sétimo Círculo das Conversações de Abuja e exortaram as partes a demonstrarem uma firme determinação para negociar com boa fé, à fim de chegarem a um acordo final o mais depressa possível. Recordaram ainda a obrigação que têm todas as partes em satisfazer as exigências da comunidade internacional, expressas nas resoluções e decisões pertinentes do Conselho de Segurança das NU e do Conselho de Paz e de Segurança da UA (CPS). Tomaram nota dos progressos realizados no destacamento da Missão Africana no Sudão (AMIS), assim como da assistência prestada pela UE, e sublinharam a necessidade de um apoio financeiro e logístico adicional para a manutenção da Missão.

(ii) Norte-Sul

Os Ministros regozijaram-se com os progressos realizados na implementação do Acordo de Paz global e a constituição do Governo de unidade nacional. Instaram a comunidade internacional a prestar o apoio financeiro e técnico necessário para a reconstrução pós-conflito do Sudão, nomeadamente cumprindo as promessas feitas durante a Conferência de doadores de Oslo, e tomaram nota dos esforços actualmente envidados pelo Comité da UA para a reconstrução pós-conflito no Sudão.

Côte d'Ivoire

Os Ministros tomaram nota dos esforços realizados no sentido de concluir o processo de paz e de reconstrução na Cote d'Ivoire, em conformidade com as decisões e resoluções pertinentes do Conselho de Paz e de Segurança (CPS) da UA e do Conselho de Segurança das NU. Lançaram um apelo urgente às partes ivoirenses para que cooperem plenamente com a comunidade internacional, à fim de permitir a realização de eleições transparentes e credíveis nos prazos definidos. Regozijaram-se com os resultados da primeira reunião do Grupo de trabalho internacional (GTI) e aguardam com muito interesse a realização da segunda reunião do referido Grupo, prevista para 6 de Dezembro de 2005.

Somália

Os Ministros regozijaram-se com os resultados da recente reunião em Johwar do Conselho de Ministros da Autoridade intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), em particular pelo facto de que a Somália tem neste momento um Governo federal de transição (GFT) que necessita de apoio. Os Ministros encorajaram o Governo Federal de Transição a prosseguir o diálogo com vista a interessar todos os membros das instituições federais de transição no sentido de estabilizar a situação na Somália. Os Ministros exortaram todos os grupos a cooperarem com o Governo Federal de Transição no sentido de acelerar o processo de paz.

Região dos Grandes Lagos

Os Ministros tomaram nota dos progressos importantes realizados no processo de transição na RDC. Exortaram as partes e as autoridades congoleas a fazerem tudo que estiver ao seu alcance à fim de alcançar a paz e a reconciliação. Acordaram na necessidade de respeitar o calendário das eleições. Tomaram nota com grande satisfação do processo de registo eleitoral, assim como a organização do referendo e das eleições. Tomaram nota, igualmente, com satisfação dos esforços visando neutralizar e desarmar os grupos armados implantados no Leste da RDC, incluindo o envio recente de uma Missão de informação da UA à RDC e aos países vizinhos.

Os Ministros regozijaram-se com os progressos notáveis realizados no processo de reconciliação e de paz no Burundi e reafirmaram o seu engajamento a apoiar às

novas autoridades burundesas nos seus esforços visando a consolidação da paz e a reconstrução pós-conflito.

Os Ministros tomaram igualmente nota dos avanços realizados no contexto do processo da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos e aguardam, com muito interesse, a realização da segunda Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo em Nairobi, em meados de 2006.

Os Ministros concordaram que importava perseverar à fim de se pôr termo ao conflito no norte do Uganda e fazer face à grave situação humanitária que prevalece nesta região, assim como sublinharam a necessidade para todas as partes cooperarem plenamente com o Tribunal Penal Internacional.

Etiópia-Eritreia

Os Ministros apelaram aos dois países a fazerem prova de elevado espírito de retenção e cooperarem plenamente com a Comunidade Internacional à fim de reduzir a tensão, sair do impasse actual e alcançar uma paz duradoira. Neste sentido, tomaram nota da adopção pelo Conselho de Segurança das NU da resolução 1640 (2005) e pediram que seja integralmente implementado.

b) Promoção da paz e resolução de conflitos

Os Ministros reconheceram a importância da reconstrução pós-conflito e a necessidade de tirar lições do passado e reforçar a coerência entre a paz e a segurança, a reconstrução económica e o desenvolvimento. Acordaram na necessidade de continuar a colaborar estreitamente com vista à reconstrução pós-conflito e ao desenvolvimento em África.

Os Ministros sublinharam, de igual modo, o papel essencial desempenhado pela Facilidade de apoio à paz em África (FAP) na implementação da Agenda de Paz e de Segurança da UA. Sublinharam os princípios de apropriação pela África, da solidariedade e de parceria que subentende a Facilidade de apoio à paz e acordaram que era necessário reconstituir os recursos da mesma e assegurar o seu futuro financiamento. Neste âmbito, a parte africana lembrou a importância da decisão relativa à Facilidade de apoio à paz, adoptada pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, em 2003, em Maputo.

Terrorismo

A parte africana informou a sua congénere europeia das medidas visando lutar contra o terrorismo em África, incluindo os esforços envidados com vista a tornar operacional o Centro Africano de estudo e de pesquisa sobre o terrorismo de Argel. Os Ministros reafirmaram o seu engajamento em intensificar a cooperação neste domínio.

IV. GOVERNAÇÃO

MAEP

Os Ministros regozijaram-se com os progressos registados no quadro do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (MAEP), observando que 24 países aderiram, até ao momento, ao Mecanismo e que, muito recentemente, dois países, nomeadamente o Ruanda e o Gana, submeteram relatórios de avaliação. A parte europeia reafirmou o seu empenho em apoiar o Mecanismo. Os Ministros fizeram sua a proposta relativa a uma iniciativa da UE para a governação visando apoiar as reformas decorrentes do processo do MAEP e encorajaram os respectivos países que ainda não aderiram ao MAEP que o façam.

Observação das Eleições

Os Ministros procederam a uma troca de pontos de vista sobre as eleições em África e decidiram cooperar estreitamente nas actividades de observação das eleições. Tomaram igualmente nota dos esforços da UA visando reforçar a sua capacidade de observação das eleições criando uma unidade de assistência eleitoral no seio da Comissão da União Africana, assim como um Fundo de assistência eleitoral. A parte europeia aceitou continuar a sua ajuda para este efeito.

A parte europeia exprimiu a sua preocupação pela situação pós-eleitoral na Etiópia. Os Ministros foram da opinião de que quando diferendos surgem em relação às eleições, é preciso resolvê-los de forma pacífica e democrática, bem como no respeito integral pelo Estado de direito.

Corrupção

Os Ministros reafirmaram a sua responsabilidade partilhada em matéria de luta contra a corrupção, incluindo o repatriamento dos bens ilegalmente adquiridos e colocados em bancos estrangeiros. A parte africana acolheu com satisfação o documento apresentado pela UE sobre a corrupção e as diversas medidas tomadas para acelerar a luta contra a corrupção. A parte europeia reafirmou a sua determinação em levantar os obstáculos jurídicos para a restituição destes bens adquiridos ilegalmente.

Os Ministros reafirmaram a necessidade de trabalhar de mãos dadas à fim de encorajar os diversos Estados-membros a reafirmarem as Convenções das Nações Unidas e da UA contra a corrupção, assim como apoiar o estabelecimento de instituições e de mecanismos de luta contra a corrupção.

Os Ministros decidiram também promover uma cooperação activa no que diz respeito ao retorno dos bens culturais e dos objectos de arte aos respectivos países de origem. Ambas as partes admitiram a necessidade de aplicar a decisão de produzir um inventário, com a assistência da UE e da UNESCO, e submeter um relatório à próxima reunião.

OUTRAS QUESTÕES

A UE exprimiu as suas preocupações sobre a evolução da situação no Zimbabwe. Regozijou-se com os esforços envidados recentemente pelo Secretário-Geral da ONU e por outras personalidades perante a situação neste país. Os Ministros sublinharam a necessidade de encorajar a instauração de um diálogo interno significativo como via a seguir.

V. INTEGRAÇÃO REGIONAL E COMÉRCIO

Comércio

A parte europeia reafirmou que continuaria a ajudar os países africanos a terem um maior acesso aos mercados europeus e a contribuir para o reforço das capacidades a favor das negociações comerciais e dos produtores.

Os Ministros subscreveram a proposta da UE visando estabelecer uma Parceria UE-África sobre as infra-estruturas e assegurar a sua implementação.

A parte africana reafirmou o compromisso que assumiu em criar em África um ambiente propício à actividade económica e comercial e reiterou o seu apelo lançado à UE no sentido de encorajar o sector privado europeu a aumentar os seus investimentos em África. A este propósito, os Ministros regozijaram-se com os planos visando organizar um fórum Europa-África de meios de negócios em 2006 e acreditam que se vai chegar, dentro em breve, a um acordo sobre a questão.

A parte africana exprimiu a sua gratidão pelo apoio concedido até aqui pela UE à África à fim de resolver os problemas enfrentados pelos produtores e exportadores de algodão, e aguarda com impaciência que sejam tomadas outras medidas para abordar os problemas pendentes.

Acordamos numa concentração dos engajamentos numa primeira fase em matéria de eliminação das tarifas, das subvenções das exportações, assim como de uma maior redução das subvenções que minam o comércio do algodão.

Ronda de Negociações de Doha para o Desenvolvimento

Os Ministros acordaram na importância da conclusão com sucesso das negociações do Programa de Doha para o Desenvolvimento e da necessidade de progressos significativos na Conferência Ministerial da OMC em Hong Kong.

Ambas as partes decidiram fazer tudo que estiver ao seu alcance para que as negociações culminem com resultados equilibrados e louváveis, nomeadamente no que diz respeito aos aspectos que revestem de uma importância particular para o desenvolvimento dos países africanos.

Ambas as partes apelaram à favor da conclusão, em Hong Kong, de um acordo sobre um acesso aos mercados com isenção de taxas e de quotas para todos os PMA, em conformidade com os critérios de Arusha para o desenvolvimento.

APE

Os Ministros exprimiram o seu apreço pelos progressos realizados pelo Grupo de contacto conjunto, particularmente em matéria de acompanhamento do processo dos APE para que os referidos APE sejam reconhecidos como um instrumento de desenvolvimento e de redução da pobreza. A parte europeia comprometeu-se a apoiar e ajudar a parte africana em matéria de melhoria da qualidade e da normalização dos produtos.

Integração Regional

A parte europeia comprometeu-se em apoiar os esforços realizados actualmente pela UA (em colaboração com a Comissão Económica para a África) com vista a racionalizar as Comunidades Económicas Regionais (CER's), assim como a contribuir para o reforço das capacidades das CER's.

VI. QUESTÕES-CHAVE DE DESENVOLVIMENTO

Migração

Os Ministros sublinharam a necessidade de analisar a questão da migração numa óptica global como uma questão dos Direitos Humanos, de coesão social, de integração económica e de desenvolvimento. Decidiram encetar um diálogo global sobre as questões de migração. Acrescentar-se-ia, à isto, uma conferência ministerial conjunta África-UE consagrada à migração prevista para 2006, por proposta da UE.

Os Ministros acordaram em actualizar, se for necessário, o Plano de Acção conjunto África-Europa com vista a lutar contra o tráfico de seres humanos, em particular de mulheres e de crianças, antes da próxima Reunião ministerial das Troikas para que o referido Plano de acção seja adoptado e implementado rapidamente.

A Dívida Externa da África

Os Ministros acordaram em submeter, para decisão política, à Cimeira África-UE, o Relatório de Peritos Conjunto UE-África sobre a dívida externa da África. A parte africana exortou os Estados-membros da UE, assim como outros à seguirem o exemplo do G-8 e anularem a dívida dos países africanos.

Conclusões da Cimeira da ONU- reformas e realizações das OMD

Os Ministros decidiram conceder a mesma atenção à todas as componentes da reforma das Nações Unidas, em particular as questões de desenvolvimento, a reforma das instituições das NU, tais como a Assembleia Geral, o Conselho Económico e Social, o Conselho de Segurança e a Comissão dos Direitos do Homem. Reconheceram a

importância de se criar e operacionalizar novas instituições como a Comissão de consolidação da paz, assim como reforçar a voz da África nas instituições de Bretton Woods.

A parte europeia aceitou apoiar a África a acelerar a realização dos OMD, em particular por intermédio de uma rápida implementação e de um acompanhamento conjunto dos engajamentos que constam da Estratégia da UE para a África.

VIH/SIDA e outras doenças infecciosas

A parte africana exortou a UE à apoiar os Estados-membros da UA na produção local de medicamentos genéricos, nomeadamente os que são utilizados para o tratamento do VIH/SIDA, do paludismo e da tuberculose. A parte europeia prometeu apoiar o reforço das capacidades dos Estados-membros da UA para que possam aproveitar no máximo as oportunidades oferecidas pelos ADPIC (Acordos sobre os aspectos dos direitos de propriedade intelectual que dizem respeito ao comércio) da OMC.

Os Ministros sublinharam a gravidade da crise das aves. A parte africana exortou a UE a apoiar os Estados-membros da UA a manterem reservas de Tamiflu e de Relenza, que são os medicamentos eficazes da gripe das aves, actualmente conhecidos. A UE tomou nota deste pedido comprometendo-se em prestar assistência tanto quanto possível.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2006-01-21

Africa-EU Dialogue

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/8670>

Downloaded from African Union Common Repository